



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Dispensado Licenc. Ambiental	06060000464/19	03/09/2019 11:19:04	NUCLEO FRUTAL

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00343483-4 / MARDEM NUNES DE OLIVEIRA		2.2 CPF/CNPJ:	
2.3 Endereço:		2.4 Bairro:	
2.5 Município: PRATA		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 38.140-000
2.8 Telefone(s):	2.9 E-mail:		

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00343483-4 / MARDEM NUNES DE OLIVEIRA		3.2 CPF/CNPJ:	
3.3 Endereço:		3.4 Bairro:	
3.5 Município: PRATA		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 38.140-000
3.8 Telefone(s):	3.9 E-mail:		

4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Sítio Recanto da Paz				4.2 Área Total (ha): 9,5500	
4.3 Município/Distrito: PRATA/Prata				4.4 INCRA (CCIR):	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 20.479		Livro: 02	Folha: 01	Comarca: PRATA	
4.6 Coordenada Plana (UTM)		X(6):		Datum:	
		Y(7):		Fuso:	

5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica:	
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)	
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (X); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (X) (especificado no campo 11).	
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).	
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 22,42% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.	
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)	
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				2,1042
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		
		Outro:		
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA		Quantidade	Unidade	
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca		4,4200	ha	
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO		Quantidade	Unidade	
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca		4,4200	ha	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Cerrado				4,4200
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
Cerrado				4,4200
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca	SIRGAS 2000	22K	719.781	7.848.987
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Pecuária				4,4200
Total				4,4200
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade	
LENHA FLORESTA NATIVA		60,00	M3	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:		10.2.2 Diâmetro(m):		10.2.3 Altura(m):
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):				(dias)
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

11. ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS, ESTUDOS E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS

5.3 Especificação de ocorrência de espécies da fauna e/ou flora: FLORA: CEDRO, PEQUI, IPÊ AMARELO, ETC;
FAUNA: TAMANDUA BANDEIRA, ONÇA, ETC..

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade:BAIXO.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

1 Histórico:

Data de formalização do processo: 03/09/2019

Data de solicitação de informações complementares:

Data do recebimento de informações complementares:

Data da vistoria: 14/01/2020

Data de emissão do parecer técnico: 20/07/2020

2 Objetivo:

Processo corretivo de supressão de vegetação nativa em 4,42 hectares no Sítio Recanto da Paz, matrícula 20.479, município de Prata (MG). Auto de infração nº 60861/2019.

3 Caracterização do imóvel/empreendimento:

3.1 do imóvel rural:

Imóvel rural: Sítio Recanto da Paz

Matrícula: 20.479

Município: Prata (MG)

Área total: 9,55 hectares

Módulos fiscais: 0,3134

Percentual de cobertura vegetal nativa do município: 22,42%

Bioma: cerrado

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3152808-C11F.4CD7.0ED8.453B.B192.774B.ABA8.5CCC

- Área total: 9,4029 ha

- Área de reserva legal: 1,9100 ha

- Área de preservação permanente: 2,1042 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 5,05 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 1,91 ha

() A área está em recuperação

() A área deverá ser recuperada

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Reserva Legal proposta no CAR e de acordo com mapas anexados ao processo. Área proposta de 1,91 ha, que corresponde a 20% da área do imóvel, RL não faz uso da APP no cômputo, está preservada e anexa a APP.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

Reserva Legal proposta em fragmento único.

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida. Área proposta de 1,91 ha para RL, que corresponde a 20% da área do imóvel, RL não faz uso da APP no cômputo, está preservada e anexa a APP.

4 Intervenção ambiental requerida:

Processo corretivo de supressão de 4,42 ha de vegetação nativa. O desmate irregular foi alvo de autuação conforme AI nº 60861/2019. A propriedade está inserida no bioma Cerrado. A vegetação adjacente, o histórico de imagens disponíveis no Google Earth e o relato realizado pela Polícia Militar no auto de infração demonstram que o local onde ocorreu a intervenção tinha características de cerrado stricto sensu. O rendimento lenhoso estimado no AI é de 60m³ de lenha nativa que foi apreendida e o proprietário ficou como depositário fiel. Não é possível informar sobre a existência de espécies protegidas.

4.1 Eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: média
- Prioridade para conservação da flora: muito baixa
- Prioridade para conservação Biodiversitas: alta
- Unidade de conservação: N/A
- Área indígenas ou quilombolas: N/A
- Outras restrições:

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

[Neste item o gestor deve caracterizar o porte do empreendimento, ratificando ou não seu enquadramento informado no requerimento, conforme resultado gerado no simulador de enquadramento na DN Copam nº 217/2017, ressaltando as considerações necessárias para empreendimentos já instalados.]

- Atividades desenvolvidas: pecuária extensiva
- Atividades licenciadas: Não passível
- Classe do empreendimento:
- Critério locacional: 0
- Modalidade de licenciamento: Não passível (Licenciamento Ambiental Especial nº 65/2019 - emitida pela prefeitura de Prata)
- Número do documento:

4.3 Vistoria realizada:

Vistoria realizada em 14/1/20 acompanhado de Maxsandre Gomes, funcionário da Aflobio de Prata. Na propriedade se desenvolverá atividades de pecuária, se enquadra como pequena propriedade rural (menor que 4 módulos fiscais). A reserva legal e a APP estão conectadas e conservadas. A propriedade é banhada pelo rio Cocal. A área útil do imóvel com a regularização da área solicitada será de 5,05 hectares.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Declividade entre 0 e 10º
- Solo: Latossolo vermelho conforme IDE
- Hidrografia: Rio Cocal. O imóvel está inserido na bacia do Rio Paranaíba (PN) que pertence a bacia do rio Paraná.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Cerrado
- Fauna: As espécies de animais de ocorrência comum na região que podemos destacar são: micos, tatus, tamanduá, quati, seriema, codornas, araras, inhambus, além de espécies de répteis e anfíbios. Na ocasião da vistoria não foram observados animais.

4.4 Alternativa técnica e locacional [para intervenção em APP e supressão de Mata Atlântica estágio médio ou avançado]: Não se aplica

4.5 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

- Perda de habitat para fauna local
- Retirada de cobertura vegetal
- Geração de renda
- Exposição do solo

Medidas mitigadoras:

- Isolamento e proteção das áreas de preservação e reserva legal para evitar entrada de gado;
- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo;
- Realizar aceiro para evitar fogo no remanescente de vegetação nativa;
- Fazer os trabalhos de conservação de solo

5 Medidas compensatórias:

- Isolamento e proteção das áreas de preservação e reserva legal para evitar entrada de gado;
- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo;
- Realizar aceiro para evitar fogo no remanescente de vegetação nativa;
- Fazer os trabalhos de conservação de solo

5.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes (se for o caso de áreas já autorizadas):

6 Análise Técnica:

Processo visa regularizar uma intervenção realizada sem autorização do órgão ambiental. As áreas protegidas se encontram preservadas, a reserva proposta no CAR está anexa a APP e cumpre os 20% estabelecidos em Lei. Para regularizar a intervenção, o empreendedor comprovou o parcelamento do AI 60861/2019 conforme estabelece cumprir Decreto nº 47.749/2019.

7 Conclusão:

A intervenção ambiental é passível de regularização por cumprir com os requisitos estabelecidos na legislação.

Área de intervenção: 4,42 hectares

Volume: 60 m³ de lenha nativa

- Isolamento e proteção das áreas de preservação e reserva legal para evitar entrada de gado;
- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo;
- Realizar aceiro para evitar fogo no remanescente de vegetação nativa;
- Fazer os trabalhos de conservação de solo

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

JOAO FLORIANO DA SILVA - MASP: 1020737-1

MAXSANDRE GOMES DE MOURA - MASP:

14. DATA DA VISTORIA

terça-feira, 14 de janeiro de 2020

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Processo Administrativo nº. 06060000464/19

Ref.: Requerimento para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca

PARECER JURÍDICO

I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de regularização de intervenção ambiental corretiva (DAIA Corretivo) protocolizado pelo empreendedor Mardem Nunes de Oliveira conforme consta nos autos, para a supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 4,42ha, na propriedade Sítio Recanto da Paz - Matrícula 20.479, no município e Comarca de Prata/MG, referente ao Boletim de Ocorrência nº. 2019-020273735001 e Auto de Infração nº. 60861/2019.

2 – A propriedade possui área total matriculada de 9,55ha e área de reserva legal devidamente demarcada no CAR e aprovado pelo técnico vistoriante e também inscrito no SINAFLOR.

3 – Conforme informado a atividade desenvolvida no empreendimento é pecuária em regime extensivo, conforme cópia da licença ambiental e emitida pela Prefeitura do Município de Prata (Licença ambiental Especial – 0065/2019).

4 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, estando a licença ambiental do empreendimento referente a atividade desenvolvida, CAR, cópia do auto de infração, relatório demonstrando que o empreendedor parcelou a multa referente ao auto de infração nº. 60861/2019 e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo. É importante destacar que, o empreendedor cumpriu os requisitos elencados no art. 13 do Decreto nº. 47.749/19.

II. Análise Jurídica:

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, o requerimento para regularização da intervenção já realizada é passível de autorização da SUPRESSÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA COM DESTOCA em 4,42ha, uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes.

6 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

7– Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

III) Conclusão:

8 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à regularização da autorização para intervenção ambiental de SUPRESSÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA COM DESTOCA em 4,42 hectares (DAIA CORRETIVO), desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e

decisão do Supervisor Regional do IEF.

Sugere-se o prazo de validade do DAIA deverá coincidir com o do licenciamento, ou seja, 4 (quatro) anos, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 8º.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento à regularização de intervenção de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)
--

DAYANE APARECIDA PEREIRA DE PAULA - OABMG 103426

17. DATA DO PARECER

terça-feira, 21 de julho de 2020
